

Saúde: existe solução?

JOÃO GONÇALEZ

Hoje, um dos grandes males que afligem a Nação é a falta de saúde da população. Os hospitais, que deveriam dar assistência em convênio com o Inamps, estão faltando ou fechando. Calcula-se que 50% dos leitos existentes, tanto na rede privada como na oficial, estejam desativados por problemas financeiros. A Previdência Social remunera mal os serviços hospitalares, quer pelos parcos recursos, quer pela má administração das verbas arrecadadas, em contrapartida, os hospitais particulares negam o atendimento.

É de conhecimento público, e já foi amplamente divulgado pela imprensa, que o dinheiro da Previdência foi malbaratado: emprestado, a fundo perdido, à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), utilizado para a construção da ponte Rio-Niterói e, mais recentemente, para a compra de aviões, helicópteros e automóveis usados em campanhas eleitorais.

Houve algumas tentativas do governo de prestar serviços na área de saúde com a utilização de programas específicos, tais como o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Plano Conasp, o Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), sem que, contudo, tenham sido atingidos os objetivos propostos.

Podemos destacar algumas das causas que levaram o Brasil a ter uma medicina comunitária deficiente:

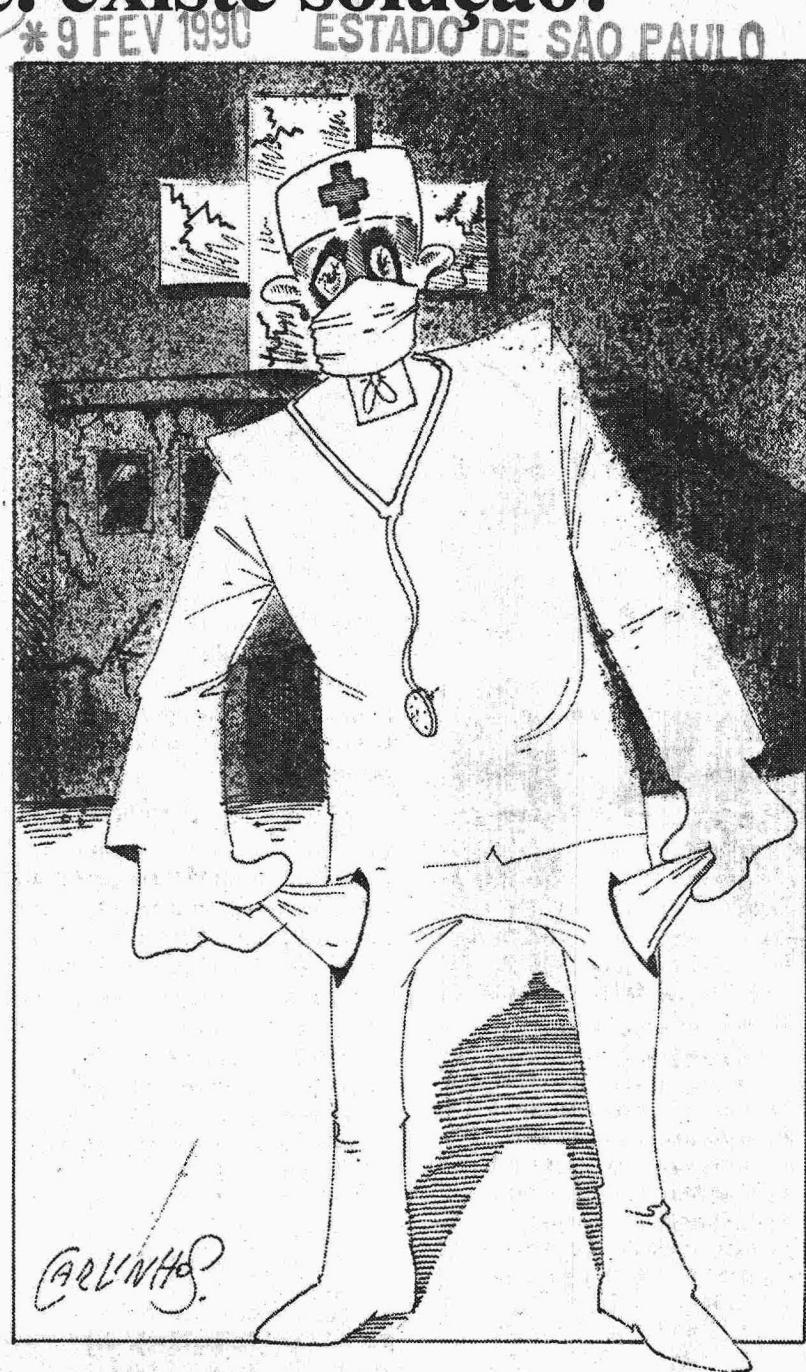
1 — Os investimentos feitos nas áreas de saúde, educação e saneamento básico foram limitados e a medicina curativa do Inamps sempre teve prioridade sobre a medicina preventiva do Ministério da Saúde;

2 — As distorções sociais, a falta de educação do povo, a aglomeração de pessoas vivendo em condições de inabitabilidade e miséria levaram ao aumento das taxas de mortalidade e morbidade;

3 — A não aplicação de técnicas de planejamento e de desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e a falta de organização e prioridades não permitiram que houvesse um efetivo combate e erradicação das doenças;

4 — A queda da oferta de leitos hospitalares, tanto nos hospitais particulares como nos públicos, o encarecimento da assistência médica (novas doenças, aumento e longevidade da população, sofisticação dos tratamentos), os desastres ecológicos como o de Goiânia, o aumento da demanda pelo maior número de acidentes de trânsito e de trabalho, são alguns dos fatores que contribuiram para a desorganização do setor.

Um governo realmente interessado em resolver o problema da saúde deverá começar pela erradicação das doenças epidêmicas e



dos bolsões de miséria, por meio de programas consistentes de alimentação, higiene, educação e saneamento básico. Ao mesmo tempo, os postos governamentais deverão ser utilizados no atendimento de especialidades básicas e urgências, ficando os hospitais particulares para as internações em geral e os hospitais públicos, para a formação de profissionais e a padronização dos métodos. As especialidades de neurocirurgia, cirurgia cardíaca, transplantes de órgãos, diagnósticos por ressonância magnética ou tomografia, entre outros, considerados de alto custo, deverão ser feitos, exclusivamente, em hospitais universitários ou particulares.

O saneamento financeiro da Previdência Social poderá ser obtido pelo aumento das receitas (já em andamento, desde 1º de setembro do ano passado, pela aplicação da Lei 7.787), com a venda do patrimônio não produtivo e com a correta aplicação do dinheiro público. Por fim, deverá haver investimento maciço nas universidades e na indústria brasileira, para sairmos da dependência da tecnologia estrangeira, sermos capazes de produzir medicamentos e equipamentos genuinamente nacionais e de formar mão-de-obra qualificada.

Aos governantes, diríamos que é essencial não construir hos-

pitais nem comprar equipamentos sofisticados, na conjuntura atual. É importante investir para recuperar os leitos já existentes, por meio de co-gestão com as Santas Casas, e refazer convênios com serviços especializados. O Suds/Inamps deverá pagar condignamente os serviços médicos, para que as instituições possam manter os padrões mínimos preconizados pelos órgãos de controle de qualidade.

Aos prestadores de serviços, lembramos que existe uma obrigação para com a sociedade e que a medicina de massa não poderá ser remunerada em nível de excelência. Especialmente aos hospitais filantrópicos, lembramos da obrigação de atendimento gratuito à população carente.

À população em geral vai a recomendação para que se organize e participe ativamente da procura de uma vida melhor, por meio de maior dedicação ao trabalho, da manutenção dos princípios básicos de higiene e alimentação e por maior convívio familiar. Os resultados obtidos, sem dúvida alguma, serão a diminuição dos efeitos de muitas das doenças e prevenção de várias outras.

□ João Gonçalez é médico da Beneficência Portuguesa e administrador e fiscal de contribuições previdenciárias.